

**PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
**GCA/DIUC Nº 018/2020**

**1 – DADOS DO EMPREENDIMENTO**

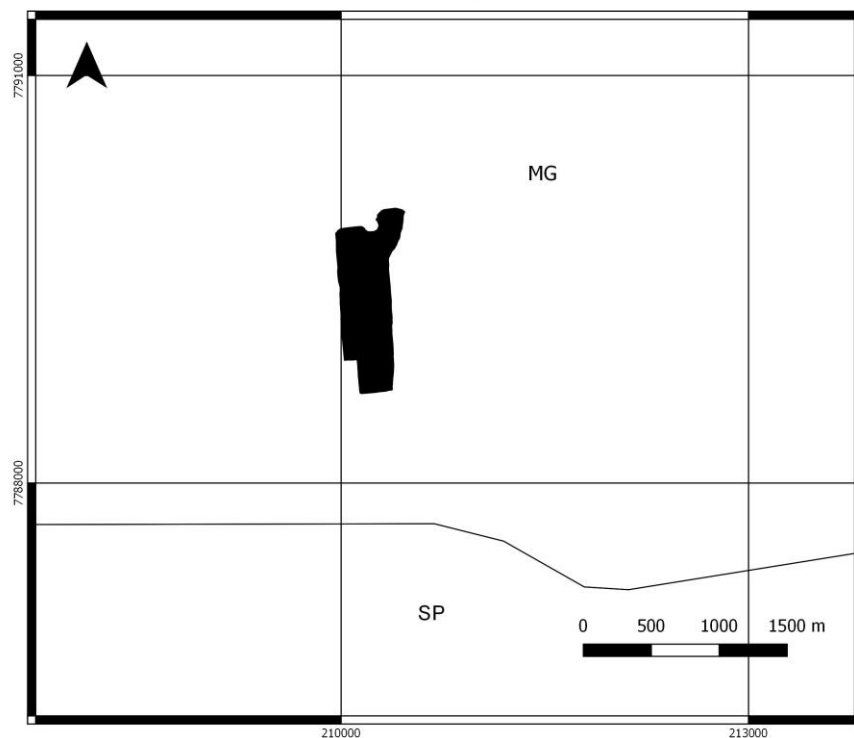
<b>Empreendedor</b>	/	Usina Delta S.A.
<b>Empreendimento</b>		
<b>CNPJ</b>		13.537.735/0003-62
<b>Município</b>		Delta
<b>Nº PA COPAM</b>		00030/1980/019/2009
<b>Atividade - Código</b>		Destilação de álcool – D-02-08-9  Fabricação e refinação de açúcar – D-01-08-2
<b>Classe</b>		5
<b>Licença Ambiental</b>		LP + LI Nº 018/2014  Licença concedida pela URC COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em reunião do dia 14/02/2014
<b>Condicionante</b>	<b>de</b>	21 - Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental/Núcleo de Compensação Ambiental do Instituto de Estadual de Floresta – IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.985/2000 e o art. 6º, parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 45.175/2009.
<b>Compensação Ambiental</b>		
<b>Estudo Ambiental</b>		RCA, PCA
<b>Valor de referência do empreendimento (Dez/2015)</b>		R\$ 13.183.114,42
<b>Valor de referência do empreendimento atualizado (Jan/2020)</b>		R\$ 15.637.694,31
<b>Valor do GI apurado</b>		0,4700 %
<b>Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (Jan/2020)</b>		R\$ 73.497,16

## 2 – CÁLCULO DO GRAU DE IMPACTO

Tabela de Grau de Impacto - GI			
Índices de Relevância	Valoração Fixada	Valoração Aplicada	Índices de Relevância
<p><b>Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias.</b></p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>A SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por meio do Parecer Único protocolo nº 0056079/2011, Anexo II, página 29, declara que o empreendimento gera este tipo de impacto. O item 3.2 do referido Parecer cita diversas espécies da fauna e flora que ocorrem na área de influência do empreendimento, dentre as quais identifica-se espécies ameaçadas, por exemplo, <i>Myrmecophaga tridactyla</i> (tamanduá-bandeira).</p>	0,0750	0,0750	X
<p><b>Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras).</b></p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p><i>“Em geral a proporção de granívoros presentes no Cerrado pode estar relacionada à diversidade de gramíneas presentes neste bioma (MOTTA-JÚNIOR, 1990). Desta forma, vale destacar que <u>a substituição da cobertura natural por vegetação exótica pode prejudicar as populações de algumas espécies [...]</u> (EIA, p. 472)”. [grifo nosso].</i></p> <p><i>“Dentre os impactos prognosticados, a perda dos remanescentes de vegetação nativa na área de influência do empreendimento foi apontada como um dos principais impactos sobre a fauna da região. [...]. <u>A paisagem da região dominada por monocultura de cana-de-açúcar apresenta poucos remanescentes de vegetação nativa, e estes se encontram dispersos e sem conexão entre si. Este cenário traz impactos negativos de ordem ecológica, demográfica e genética para as populações locais de anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Dentre os possíveis impactos, os mais relevantes, são a maior susceptibilidade à predação, a escassez de itens alimentares, o desaparecimento de espécies dependentes de mata, o estabelecimento de espécies generalistas e/ou exóticas, o aumento da competição entre os indivíduos por recursos alimentares, por abrigo e por parceiros sexuais. Os efeitos de todos estes fatores atuando em conjunto</u></i></p>	0,0100	0,0100	X

<p><u>será a diminuição populacional das espécies, até atingir a capacidade suporte dos remanescentes de vegetação nativa, no qual menores áreas de vegetação irão abrigar menores populações. A longo prazo, o isolamento e o pequeno número populacional das espécies menos abundantes, poderá acarretar aumento na taxa de endogamia e diminuição da variabilidade genética, podendo levar a extinções locais (EIA, p. 777-778)". [grifo nosso].</u></p> <p>- A SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por meio do Parecer Único protocolo nº 0056079/2011, Anexo II, página 29, declara que o empreendimento gera este tipo de impacto.</p>				
<p><b>Interferência /supressão de vegetação, acarretando fragmentação.</b></p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>- Empreendimento não consta da área de aplicação da Lei Federal Nº 11.428/2006 (Mata Atlântica) (ver mapa abaixo).</p> <p>- Conforme mapa abaixo, a AII do empreendimento, onde espera-se no mínimo os impactos indiretos do empreendimento, inclui fragmentos das seguintes fitofisionomias: floresta estacional semidecidual montana (ecossistema especialmente protegido), floresta estacional semidecidual sub montana (ecossistema especialmente protegido), vereda (ecossistema especialmente protegido), cerrado (outros biomas), entre outras.</p> <p>- O Parecer Único SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba protocolo nº 0056079/2011, página 14, ao citar o EIA do empreendimento, cita impactos relacionados a este item: supressão de vegetação na área agrícola; migração de fauna devido à operação da unidade industrial; alteração dos habitats terrestres na área do cultivo de cana-de-açúcar; impactos sobre as áreas de preservação permanente e reservas legais; entre outros.</p>	Ecossistemas especialmente protegidos	0,0500	0,0500	X
	Outros biomas	0,0450	0,0450	X

EMPREENDIMENTO E POLIGONO DE APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N° 11.428/2006



Legenda

- ADA
- Mata Atlântica (Lei Federal N° 11.428/2006)

Fonte:

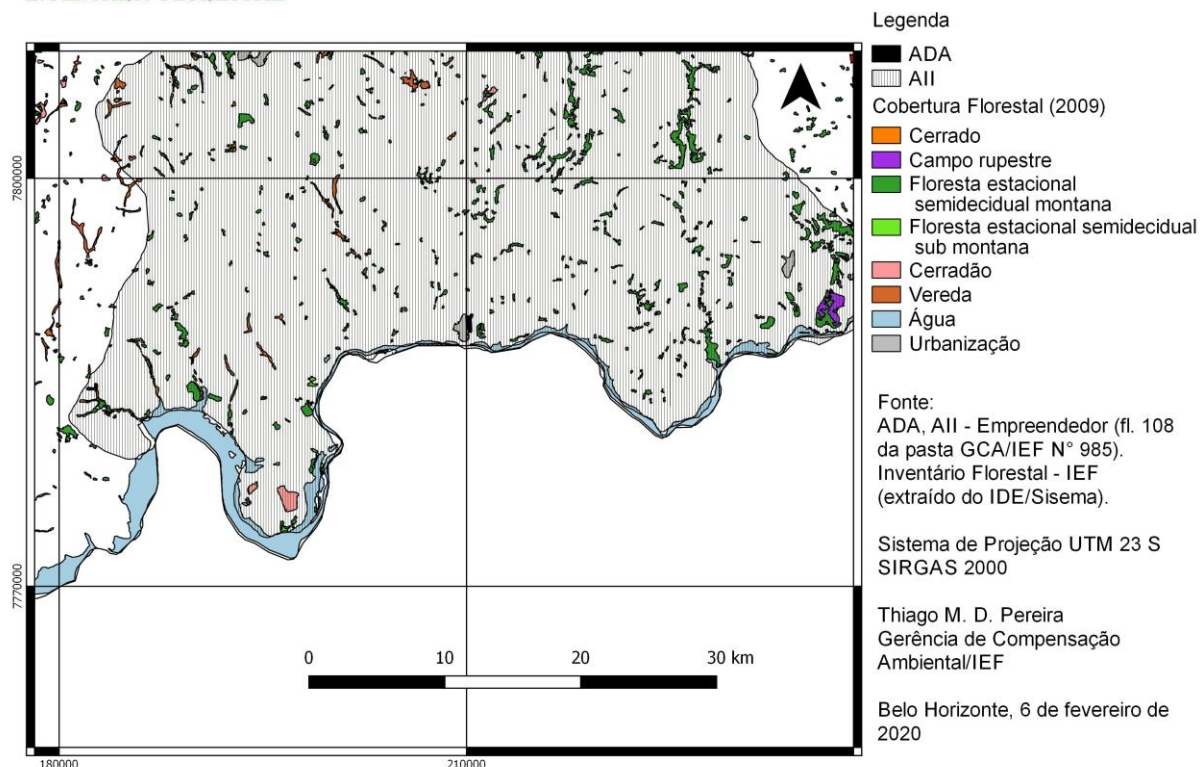
ADA - Empreendedor (fl. 108 da pasta GCA/IEF N° 985).  
Mata Atlântica (Lei Federal N° 11.428/2006) - IBGE (extraído do IDE/Sisema).

Sistema de Projeção UTM 23 S  
SIRGAS 2000

Thiago M. D. Pereira  
Gerência de Compensação  
Ambiental/IEF

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2020

INVENTÁRIO FLORESTAL



**Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos.**

0,0250

0,0250

X

Razões para a marcação do item

- A SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por meio do Parecer Único protocolo nº 0056079/2011, página 22, ao justificar a compensação ambiental do empreendimento, destaca o comprometimento do patrimônio paleontológico. A justificativa para tal afirmação consta da página 13 do referido Parecer, sendo que foi estabelecida uma condicionante a respeito (condicionante nº 10).

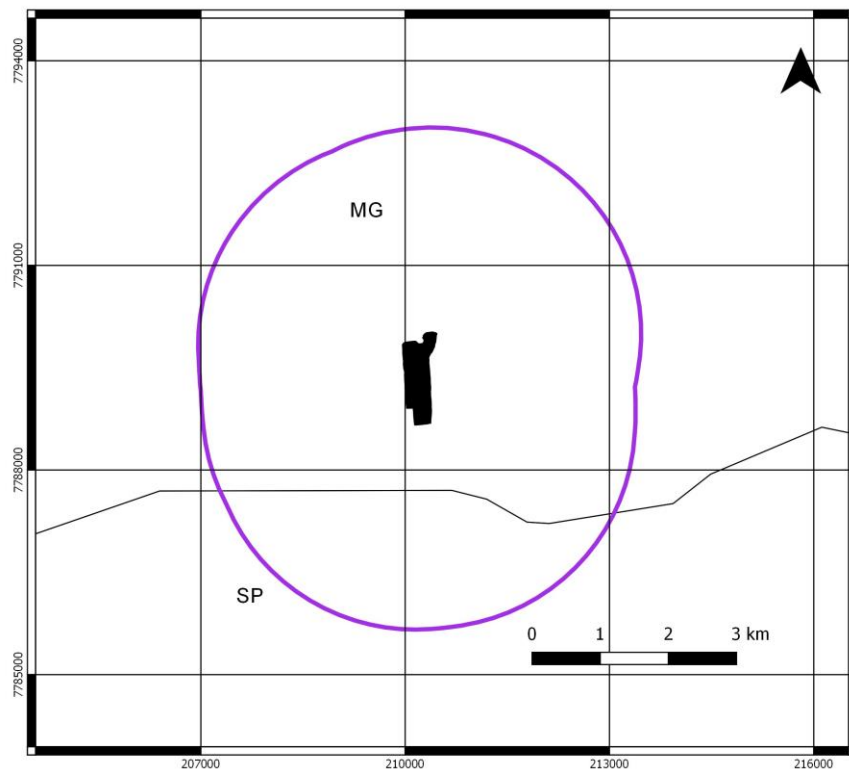
**Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável.**

0,1000

Razões para a não marcação do item

Buffer de 3 km em torno do empreendimento (critério POA\_2020) não intercepta UC de proteção integral (ver mapa).

### EMPREENDIMENTO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



#### Legenda

- ADA
- Buffer de 3 km
- UCs Municipais
- UCs Estaduais
- UCs Federais
- Zonas de Amortecimento e raios de 3 km

#### Fonte:

ADA - Empreendedor (fl. 108 da pasta GCA/IEF N° 985).  
Ucs e Zonas de Amortecimento - IDE/Sisema.

Sistema de Projeção UTM 23 S  
SIRGAS 2000

Thiago M. D. Pereira  
Gerência de Compensação  
Ambiental/IEF

Belo Horizonte, 05 de fevereiro  
de 2020

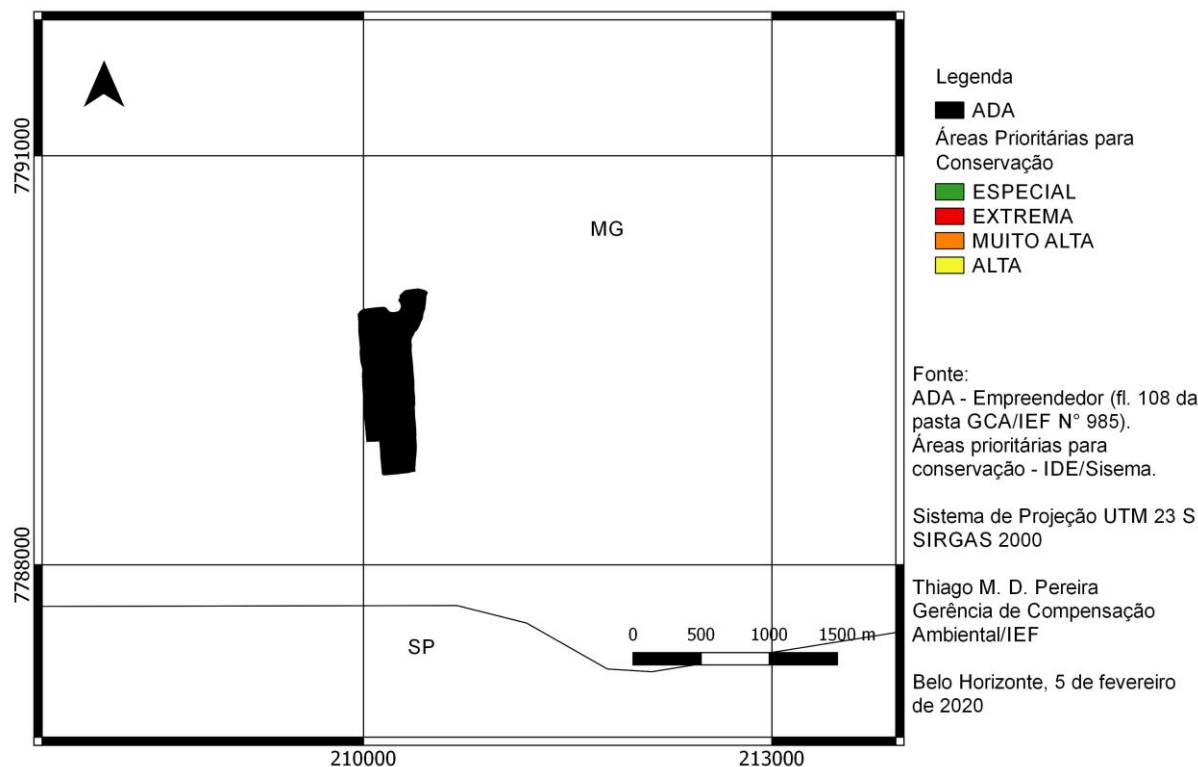
**Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação”.**

Razões para a não marcação do item

Empreendimento não localizado em área prioritária de importância biológica (ver mapa).

Importância Biológica Especial	0,0500		
Importância Biológica Extrema	0,0450		
Importância Biológica Muito Alta	0,0400		
Importância Biológica Alta	0,0350		

### ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO



<b>Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar.</b>  <u>Razões para a marcação do item</u>  Os estudos ambientais e/ou pareceres SUPRAM apresentam impactos relativos a este item.	0,0250	0,0250	X
<b>Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais.</b>  <u>Razões para a marcação do item</u>  - A SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por meio do Parecer Único protocolo nº 0056079/2011, Anexo II, página 29, declara que o empreendimento gera este tipo de impacto.	0,0250	0,0250	X
<b>Transformação de ambiente lótico em lântico.</b>  <u>Razões para a não marcação do item</u>  - A SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por meio do Parecer Único protocolo nº 0056079/2011, Anexo II, página 29, declara que o empreendimento não gera este tipo de impacto.	0,0450		

<p>Interferência em paisagens notáveis.</p> <p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>- A SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por meio do Parecer Único protocolo nº 0056079/2011, Anexo II, página 29, declara que o empreendimento não gera este tipo de impacto.</p>	0,0300		
<p><b>Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa</b></p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Os estudos ambientais e/ou pareceres da SUPRAM não deixam dúvidas de que o empreendimento prevê atividades que implicam na emissão de gases estufa (GEE), seja na implantação e/ou operação do empreendimento.</p>	0,0250	0,0250	X
<p><b>Aumento da erodibilidade do solo.</b></p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>- Conforme apresentado no Parecer Único SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba protocolo nº 0056079/2011, página 17, o empreendimento implica na geração de impactos relativos a este item, vejamos: <i>“O EIA aponta os seguintes impactos ambientais decorrentes da implantação e operação do empreendimento: [...]; impactos diretos ao solo (erosão, compactação do solo); [...].</i></p>	0,0300	0,0300	X
<p><b>Emissão de sons e ruídos residuais.</b></p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Os estudos ambientais e/ou pareceres SUPRAM apresentam impactos relativos a este item. Além de afetar a saúde humana, esse tipo de impacto implica na geração de impactos na fauna, podendo causar o seu afugentamento e até mesmo interferência em processos ecológicos.</p>	0,0100	0,0100	X
<b>Somatório Relevância</b>	<b>0,6650</b>		<b>0,3200</b>
<b>Indicadores Ambientais</b>			
<b>Índice de temporalidade (vida útil do empreendimento)</b>			
<p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>- Os impactos ambientais tendem a ocorrer por prazo superior à vida útil de qualquer empreendimento.</p>			



- Conforme apresentado no Parecer Único SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba protocolo nº 0056079/2011, Anexo II, página 29, o fator temporalidade a ser aplicado para os impactos do empreendimento é o “duração longa”.

Duração Imediata – 0 a 5 anos	0,0500		
Duração Curta - > 5 a 10 anos	0,0650		
Duração Média - >10 a 20 anos	0,0850		
Duração Longa - >20 anos	0,1000	0,1000	X
<b>Total Índice de Temporalidade</b>	<b>0,3000</b>		<b>0,1000</b>

#### Índice de Abrangência

##### Razões para a marcação do item

Consta do EIA, página 223, que a área de influência indireta (AII) do empreendimento abrange à área da unidade fabril somada às áreas de ocupação com o cultivo da cana-de-açúcar. Essas áreas abrangem cultivos de cana-de-açúcar localizados nos municípios Delta-MG; Uberaba-MG, Sacramento – MG, e Conquista-MG. Destaca-se que existem porções desses municípios que estão a mais de 10 km do empreendimento.

Área de Interferência Direta do empreendimento	0,0300		
Área de Interferência Indireta do empreendimento	0,0500	0,0500	X
<b>Total Índice de Abrangência</b>	<b>0,0800</b>		<b>0,0500</b>
<b>Somatório FR+(FT+FA)</b>			<b>0,4700</b>
<b>Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação</b>	<b>0,4700 %</b>		

### 3- APLICAÇÃO DO RECURSO

#### 3.1 Valor da Compensação ambiental

O valor da compensação ambiental foi apurado considerando o Valor de Referência informado pelo empreendedor e o Grau de Impacto – GI, nos termos do Decreto 45.175/09 alterado pelo Decreto 45.629/11:

Valor de referência do empreendimento (Dez/2015)	R\$ 13.183.114,42
Valor de referência do empreendimento atualizado (Jan/2020)	R\$ 15.637.694,31
Taxa TJMG <sup>1</sup>	1,1861912
Valor do GI apurado:	0,4700 %
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (Jan/2020)	R\$ 73.497,16

Ressaltamos que a planilha de Valor de Referência (VR) é um documento autodeclaratório elaborado pelo empreendedor, sendo de sua total responsabilidade. O responsável pelo preenchimento do referido documento é o Sr. Edvaldo Fernandes de Abreu Filho (CRC: AL-005888/T-MG). Para a elaboração do presente parecer, apenas verificamos se os campos

<sup>1</sup> Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de dez/2015 à jan/2020. Taxa: 1,1861912 – Fonte: TJ/MG.

da coluna VALOR TOTAL referente aos investimentos (R\$) estavam ou não preenchidos na planilha VR, sendo que uma justificativa deveria ser apresentada no último caso. O escopo do presente parecer técnico não inclui a apuração contábil ou financeira dos valores (R\$) constantes da planilha VR, bem como a checagem do teor das justificativas. O VR foi extraído da planilha, atualizado e, posteriormente foi utilizado para a obtenção da compensação ambiental.

### 3.2 Unidades de Conservação Afetadas

Conforme apresentado no mapa “Empreendimento e Unidades de Conservação”, acima apresentado, o empreendimento não afeta Unidade de Conservação.

### 3.3 Recomendação de Aplicação do Recurso

Obedecendo a metodologia prevista, bem como as demais diretrizes do POA/2020, este parecer faz a seguinte recomendação para a destinação dos recursos:

Valores e distribuição do recurso (Jan/2020)	
Regularização fundiária das Ucs	R\$ 44.098,30
Plano de manejo, bens e serviços	R\$ 22.049,14
Estudos para criação de unidades de conservação	R\$ 3.674,86
Desenvolvimento de pesquisa em unidade de conservação em área de amortecimento	R\$ 3.674,86
Valor total da compensação:	R\$ 73.497,16

Os recursos deverão ser repassados ao IEF em até 04 parcelas, o que deve constar do Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o órgão.

## 4 – CONTROLE PROCESSUAL

O presente expediente refere-se a Processo de Compensação Ambiental, pasta GCA nº 985, encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.

O pedido de compensação ambiental refere-se ao processo de licenciamento ambiental nº 00030/1980/019/2019 (LP+LI/ampliação), que visa o cumprimento das condicionantes nº 21 estabelecidas no parecer único de licenciamento ambiental nº 056079/2011 (fls. 58), para fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

Nos termos do § 6º, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 45.175/2009: “*No licenciamento de modificações e ampliações de empreendimento em que a compensação ambiental tenha sido anteriormente paga, incidirá nova compensação ambiental, que terá como valor de referência os custos da ampliação ou modificação*”.

O empreendimento foi implantado após 19 de julho de 2000, conforme declaração acostada às fls. 43. Dessa forma, conforme inciso II, art. 11, do Decreto Estadual nº 45.629/2011, que alterou o Decreto 45.175/2009:

*Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:*

*(...)*

*II - para as compensações ambientais de empreendimentos implantados após a publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor de referência estabelecido no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 45.175, de 2009, com a redação dada por este Decreto, apurado à época da implantação do empreendimento e corrigido com base no índice de atualização monetária.*

De acordo com as declarações apresentadas pelo empreendedor às fls. 103 e 104, o empreendimento não afeta quaisquer unidade de conservação.

O empreendedor apresentou à GCA/IEF o Valor de Referência (VR) na forma de planilha, devidamente calculado, preenchido, datado e assinado pelo contador do empreendimento, profissional legalmente habilitado, acompanhada da devida Certidão de Regularidade Profissional, em conformidade com o art. 11, §1º do Decreto Estadual 45.175/2009 alterado pelo Decreto Estadual nº45.629/2011.

Ressalta-se que o valor de referência é um ato declaratório, cuja responsabilidade pela veracidade do valor informado é do empreendedor, sob pena de, em caso de falsidade, submeter-se às sanções civis, penais e administrativas, não apenas pela prática do crime de falsidade ideológica, como também, pelo descumprimento da condicionante de natureza ambiental, submetendo-se às sanções da Lei 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais.

A sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor, a título de compensação ambiental, neste parecer, estão em conformidade com a legislação vigente, bem como, com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2020.

## **5 - CONCLUSÃO**

---

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Smj.

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2020

**Thiago Magno Dias Pereira**  
Gestor Ambiental  
MASP: 1.155.282-5

**Elaine Cristina Amaral Bessa**  
Analista Ambiental  
MASP 1.170.271-9

De acordo:

**Renata Lacerda Denucci**  
Gerente da Compensação Ambiental  
MASP: 1.182.748-2